

A ministra Zélia assinou ontem a carta de intenções ao FMI e fez um primeiro aceno aos bancos credores: anunciou que vai separar parte das reservas para pagar os juros atrasados.

A questão externa começa a ser resolvida

Uma determinada parcela das reservas cambiais do Brasil vai ser separada e destinada exclusivamente ao pagamento dos juros atrasados da dívida externa — mas a operação só começará após a conclusão das negociações com os bancos credores, que serão abertas na primeira quinzena de outubro. O anúncio foi feito ontem pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, durante a assinatura da carta de intenções endereçada ao Fundo Monetário Internacional. As conversações com os credores privados serão coordenadas pelo comitê assessor dos bancos: em lugar de esvaziá-lo e negociar separadamente, o governo decidiu praticamente dobrar o número de instituições representadas, passando das atuais 16 para 30.

O "provisionamento" de divisas é um passo calculado da equipe de negociadores da dívida. Segundo fontes do Ministério da Economia, ele foi acertado com o FMI e tem dois significados básicos: indica a intenção de retomar os pagamentos, desde que isso resulte do próprio processo de negociação, e ao mesmo tempo deixa explícito quanto o País dispõe de divisas para honrar seus compromissos.

Zélia destacou que, por determinação do presidente Fernando Collor, as negociações com o Clube de Paris e os bancos credores privados, que ocorrerão simultaneamente, deverão ser "rápidas, construtivas e definitivas". De acordo com a ministra, o propósito do governo é "eliminar da agenda de problemas do País" a questão da dívida externa em fevereiro de 1991 — embora Zélia tenha ressaltado que o ideal será concluir todos os entendimentos até dezembro. Esta meta esbarra, no entanto, na desconfiança despertada entre os banqueiros pela resistência do Brasil em retomar os pagamentos em atraso.

Eris, Zélia, Kandir e Dauster na assinatura da carta: agora, negociações com os bancos, que têm restrições ao provisionamento de reservas.



A intenção inicial do governo brasileiro era começar as negociações com o Clube de Paris tão logo terminassem os entendimentos com o FMI — só depois seriam iniciadas as negociações com os bancos privados. "Mas o secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, explicou que o atraso nos entendimentos com o FMI levou o governo a optar por negociações simultâneas com o Clube de Paris, que reúne os credores oficiais do País, e os bancos privados. Com o Clube, as conversas vão começar entre os dias 22 e 27 de setembro durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em Washington. Com os bancos a negociação será aberta no início de outubro.

Comitê ampliado

O comitê assessor de bancos credores será o canal de negocia-

ção. O governo abandonou a idéia inicial de implodir o comitê e negociar separadamente com os vários bancos. Agora, o Brasil vai aumentar para 30 os atuais 16 representantes de bancos no comitê. Com a ampliação, os negociadores brasileiros pretendem mudar o perfil do comitê. Seguindo o exemplo da Venezuela, os integrantes do comitê assessor serão divididos em subcomitês, de acordo com suas disposições em relação à dívida. Seriam colocados em uma mesa os bancos que mantêm as mesmas condições de pagamentos, e em outra os que aceitam, por exemplo, abater parte da dívida.

Nas primeiras reuniões com o comitê, o País vai apresentar uma proposta "concreta" de negociação, incluindo, segundo Kandir, operações de redução da dívida ou a conversão em investimentos.

Os banqueiros insistem: querem receber já.

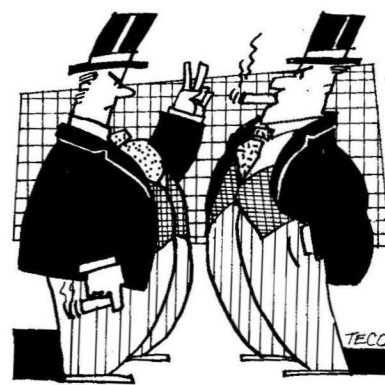
Se a decisão do governo brasileiro de separar uma parte das reservas para pagar juros aos bancos, futuramente, foi calculada como um gesto de boa vontade para facilitar as negociações, a reação inicial de alguns credores e na área oficial sugere que ela não foi bem recebida e poderá produzir um resultado oposto.

Executivos de grandes bancos indicaram que o provisionamento de reservas só teria impacto positivo se o governo efetivamente depositasse o dinheiro numa conta especial junto a uma terceira parte, como o Banco de Pagamentos Internacionais, o BIS, que atua como o Banco Central dos bancos centrais.

Como isso parece não constar dos planos oficiais, o gesto do governo será interpretado como um ato hostil por muitos credores, segundo informa de Washington o correspondente **Paulo Sotero**. O argumento comum é que o governo, depois de ter condicionado a retomada dos pagamentos à capacidade do País, adotou agora uma posição mais dura. Apesar do acordo fechado com o FMI, persistem as reservas entre os bancos particulares. "O problema é que ninguém mais confia no Brasil", constata um banqueiro. "A maioria de nós acredita que o Brasil pode pagar boa parte dos juros em atraso, mas a dívida continua aumentando."

A preocupação na área oficial é que a iniciativa brasileira, na forma vaga como foi anunciada, se torne contraproducente. "O Brasil já deu a mensagem política que queria dar aos bancos acumulando todos esses juros em atraso. Se pode, o melhor que tem a fazer é pagar, senão será acusado de não estar negociando de forma construtiva", afirmou uma fonte oficial americana.

O fato de o governo ter anunciado o provisionamento no mesmo momento em que a ministra da Economia, Zélia Cardoso



de Mello, oficializava a carta de intenção ao Fundo Monetário Internacional foi interpretado por executivos de bancos e funcionários de organismos internacionais como um sinal de que o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, embora apóie o programa brasileiro, impôs condições para submetê-lo à aprovação da diretoria do Fundo.

Uma dessas condições seria efetuar um pagamento aos bancos — que o governo estaria, agora, tentando contornar politicamente. "Não chega a ser inconcebível, mas é altamente improvável que o FMI deixe de exigir um compromisso nesse sentido", reforça um banqueiro. Fontes oficiais americanas e dos organismos internacionais não confirmam, não desmentem nem tampouco desestimulam tal especulação. "Não diria nada para tirar-lhe dessa pista", afirmou há dois dias um porta-voz da área econômica em Washington.

A primeira reação pública dos bancos à idéia do provisionamento deve ocorrer hoje, pela voz do alemão Horst Schullman, diretor do Institute of International Finance (IIF), uma organização que atua como **lobby** dos grandes bancos internacionais na capital americana que já criticou "a leniência do FMI com os países que atrasam pagamentos aos bancos". Schullman acredita que o montante dos atrasados brasileiros já é grande demais para se falar em pagamento simbólico.

Aval do Fundo foi bem recebido

A menos de um mês da rodada inicial de negociações oficiais da dívida externa, os bancos credores internacionais receberam muito bem o aval do Fundo Monetário Internacional ao programa econômico do Brasil. "É muito importante que o plano tenha sido aprovado pelo FMI. Todo mundo está otimista", admitiu ontem em Porto Alegre Anamaria Ucros, vice-presidente do J.P. Morgan — quinto maior credor do País (US\$ 1 bilhão).

O atraso no pagamento dos juros — suspenso desde julho do ano passado — não deverá atrapalhar o início das conversações. Mas os bancos privados não descartarão o tema da retomada desse pagamento, porque consideram importante abrir o diálogo sobre a questão.

Os credores também preferem que as negociações sejam coordenadas pelo comitê assessor, já que entendimentos isolados podem levar a condições diferenciadas de acordo. De qualquer forma, o Brasil parte economicamente bem visto internacionalmente.

"Pela primeira vez se vê um esforço sério de recuperação da economia, um plano a longo prazo", afirmou Anamaria Ucros. Para ela, as mudanças feitas na economia têm sido "duras", mas representam um "esforço sério e profissional" na busca da solução dos problemas internos. Na opinião da vice-presidente do Morgan, o acordo do Brasil com o FMI foi "mais realista" que os anteriores por não fixar compromissos que o País não poderá cumprir. "O importante é sanear a economia", acrescentou. Ela acredita que os entendimentos não devem ser prolongados, porque todos estão interessados em resolver logo o problema.

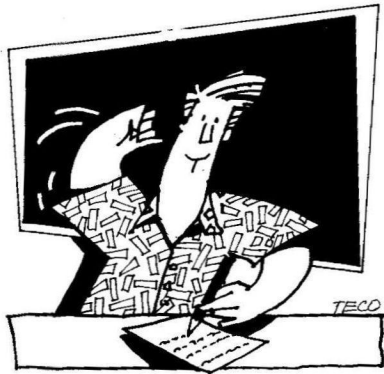
Falências rondam o sistema bancário norte-americano

O presidente da Reserva Federal, o Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, confirmou ontem ao Senado que o sistema bancário americano está sob ameaça de uma onda de quebras. O depoimento de Greenspan ratifica estudos do próprio Congresso que prevêem para o período 1990-93 nada menos que 600 ou 700 falências de bancos comerciais — com prejuízos de até US\$ 21 bilhões para o fundo de seguro dos depósitos.

Greenspan alertou os senadores para a fragilidade da agência federal de seguro dos depósitos bancários, a FDIC, que poderia ter rapidamente esgotadas suas reservas de US\$ 13,2 bilhões caso a recessão se agrave e produza uma onda de falências no sistema. O presidente do Federal Reserve recomendou a adoção de medidas destinadas a reduzir a longo prazo as taxas de juros e impedir a quebra de grandes bancos. "Isto seria excessivamente destrutivo para o sistema", advertiu.

A comissão de contabilidade do Congresso calcula que as reservas da FDIC cobrem apenas 0,7% dos depósitos assegurados. Cerca de 200 bancos estariam ameaçados de quebrar, entre eles 35 de grande porte — e a cobertura dos depósitos em seu poder poderia custar à FDIC entre US\$ 4,4 bilhões e US\$ 6,3 bilhões.

Inflação de 25% em 1991. É a promessa na carta ao FMI.



O Brasil terá em 1991 uma inflação anual "limitada a menos de 25%", garante o governo na carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), assinada ontem pela ministra Zélia Cardoso de Mello e pelo presidente do Banco Central, Ibrahim Eris. A carta reconhece que, "apesar dos avanços", o combate à inflação ainda não foi suficiente para assegurar, em bases duradouras, as mudanças estruturais na economia brasileira. Garante, contudo, que o governo "está determinado a não transigir na total implementação das políticas de seu programa de estabilização". Se a carta for aprovada pela direção do FMI, e se for firmado um acordo nos termos propostos, o Brasil vai receber nos próximos 17 meses um empréstimo de US\$ 2,16 bilhões, em seis parcelas.

O governo continuará executando políticas monetária e fiscal austeras em 1991, segundo indicam os dados do memorando técnico de entendimento divulgado juntamente com a carta. O memorando define os conceitos utilizados na elaboração das variáveis do programa de estabilização econômica e especifica metas de desempenho até dezembro de 1991.

Entre estas metas está a variação das reservas líquidas internacionais do Brasil (volume de divisas menos as obrigações de pa-

gamento do País). O memorando estipula que as reservas não deverão cair abaixo de determinados pisos: US\$ 5,36 bilhões negativos em 31 de dezembro próximo, US\$ 9,94 bilhões em 30 de setembro de 1991 e US\$ 7,74 bilhões em 31 de dezembro de 1991. A expansão monetária para 1991 é prevista em 30% (pouco acima da inflação estimada de 25%) e o déficit público operacional é fixado em zero para 1991. Em 1990, o Brasil projetou para o FMI um superávit público equivalente a 0,47% do PIB. No memorando é revelado ainda que o PIB de 1991 deverá crescer 3%, elevando-se a US\$ 470 bilhões. O investimento total das empresas estatais deverá situar-se em volume equivalente a 1,81% do PIB.

PIB cai

É a primeira vez que o governo divulga uma carta de intenções

ao FMI antes de o documento ter sido aprovado pela instituição. As sete cartas assinadas nos governos passados só eram divulgadas simultaneamente à sua aprovação pelo Fundo. Ontem, a ministra Zélia Cardoso de Mello fez questão de assinar o documento diante dos repórteres, fotógrafos e cinegrafistas. O Produto Interno Bruto (PIB), segundo os termos propostos ao FMI, cai 3% este ano, mas, em compensação, cresce 3% no ano que vem.

A inflação do último trimestre deste ano, prevista na carta, é de 7%, em média. Mas se essa meta não se realizar, há uma cláusula de revisão automática, sem que o Brasil tenha de pedir **waiver** (perdão) pelo descumprimento, que afeta números importantes no acordo, como, por exemplo, o déficit nominal.

O serviço da dívida, diz ainda a carta, terá de ser "compatível com a estabilidade financeira interna e a retomada do crescimento sustentado". Partindo desse princípio, o Brasil se dispõe a negociar o refinanciamento dos atrasados (mais de US\$ 2 bilhões) e as parcelas a vencer com o Clube de Paris, até o final de fevereiro de 1991. O País se compromete a obter do Banco Mundial e credores oficiais "recursos para dar suporte às reformas estruturais em andamento".